

## POLÍTICA, CULTURA E VISIBILIDADE

Cláudio Luis de Camargo Penteado

### Resumo

O artigo aborda as transformações da esfera política com o desenvolvimento dos meios de comunicação, considerando aspectos específicos da cultura brasileira. A reflexão realiza um diálogo teórico entre o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda a respeito das características da cultura histórica brasileira e as idéias do sociólogo inglês John B. Thompson acerca da transformação da visibilidade proporcionada pelos avanços da mídia e seus reflexos sobre a sociedade e, mais especificamente, sobre o jogo político, incluindo novas práticas. As características culturais brasileiras encontram nos meios de comunicação condições para a perpetuação da exclusão da população brasileira do processo político,

### Palavras-chave

Política, Cultura. Meios de comunicação de massa.

### CULTURE, POLITICS AND VISIBILITY

### Abstract

This article addresses the transformations at political level brought about by the development of means of communication through a specific approach to the Brazilian culture. The reflection on the theme sets a theoretical dialogue between Sergio Buarque de Holanda's thoughts on the characteristics of the Brazilian historical culture and the ideas of the English sociologist John B. Thompson on the transformation of visibility allowed by media innovations and their impacts on society and, more specifically, on the political game, including new practices. Brazilian cultural characteristics find, in the means of communication, ways to perpetuate the exclusion of Brazilian people from the political process

Keywords **Política, Cultura, Mídia**  
Politics. Culture. Mass media.

Um estudo das transformações da política brasileira a partir da maior participação dos meios de comunicação no processo político nacional, principalmente com a reabertura democrática após 21 anos de regime militar, revela que a consolidação da democracia ocorreu ao mesmo tempo em que aumentou a influência da mídia dentro das relações sociais da sociedade contemporânea. **Este** duplo processo acabou por modificar a dinâmica da política **brasileira**, incorporando novas práticas nas interações entre Estado e sociedade civil.

**O** desenvolvimento dos meios de comunicação trouxe para o jogo político brasileiro maior visibilidade às ações políticas, assim como aos atores políticos, transformando a disputa política em uma guerra de representações públicas, referendadas pela disputa eleitoral. No contexto democrático, a estética e a dinâmica midiática infligem novas formas de interação entre os atores e forças políticas, alterando as práticas políticas tradicionais.

Os estudos sobre política brasileira geralmente privilegiam a abordagem institucional e a análise dos mecanismos de poder utilizados dentro do campo político. No entanto, poucos ressaltam a importância do aspecto cultural no funcionamento do jogo político brasileiro. A abordagem cultural permite um olhar diferenciado para o campo político, o que possibilita leituras distintas que venham colaborar com o estudo da política no Brasil.

A cultura é um componente essencial na composição e funcionamento do campo político de qualquer nação. Os aspectos culturais são elementos fundadores da ação política (GEERTZ, 1989). Os esquemas significativos existentes dentro da dinâmica cultural das sociedades influenciam e interferem nas práticas sociais e políticas. Eles formam as estruturas para o funcionamento de toda a arena política, formatando e estabelecendo significados comuns para a atuação das diferentes forças políticas existentes.

Clifford Geertz (1989) entende que a ação política reflete os diferentes elementos culturais existentes em cada sociedade. No campo político, a cultura de um país organiza a vida pública, estruturando as

práticas políticas que acontecem no espaço público social. Nessa mesma linha de pensamento, pode-se destacar a abordagem de Bourdieu (1989), que compreende a política como um campo de relações de poder, com estrutura, funções, atares e significados. O campo político reflete o *habitus* da estrutura social existente em determinada sociedade.

Retornando para as formulações de Geertz (1989), o pensamento humano possui dois lados: social e público. O social está relacionado à esfera das relações pessoais dos indivíduos, enquanto o lado público está voltado para as relações que acontecem no espaço público. A combinação dessa dicotomia acaba por orientar a ação humana dentro do universo social, funcionando como vetores de direcionamento para a ação social e política. Deste modo, pode-se compreender a ação política como uma forma de interação humana no espaço público, que está inserido dentro do universo social, o que cria uma ampla e complexa rede de intersecções entre diferentes campos das interações humanas.

O termo cultura possui diversos significados, contudo neste trabalho a cultura é entendida a partir da concepção geertziana, que a compreende como um processo pelo qual o homem potencial age realmente criando sentido para as suas ações dentro de um contexto social. A idéia de homem potencial está vinculada à esfera política, assim como Geertz (1989, p. 65) adverte: "uma das coisas que quase todo mundo conhece, mas não sabe muito bem como demonstrar, é que a política de um país reflete o modelo de sua cultura".

A política se desenvolve dentro de um universo constituído pela esfera cultural pública, suas práticas e relações são moldadas pela significação cultural existente na **sociedade**. Assim, pode-se dizer que a compreensão do processo político de um país flui, inevitavelmente, pelo estudo da sua cultura política. A esfera das significações culturais cria sentidos para o entendimento das ações políticas existentes, bem como as suas variações, em conjunto com as relações institucionais, sociais e políticas.

A política é campo de força no qual as estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1989) da cultura orientam e condicionam as normas, os valores e as atitudes dos atares políticos. O campo político é responsável por marcar o espaço de conflito entre as diferentes correntes políticas existentes. No entanto, Geertz (1989) adverte que alguns fenômenos sociais que causam transformações na cultura política são difíceis de serem

explicados, pois podem romper com modelos culturais e suas explicações fogem aos sentidos preexistentes, Isto quer dizer que as rupturas no campo da política fogem dos modelos e padrões sociais, mas permanece um diálogo constante com as práticas vivenciadas no cotidiano,

Roberto da Mana (1994) observa o aspecto dinâmico da cultura, principalmente da sociedade brasileira, que deve ser vivenciada pelo constante processo de conflito entre as tradições e as novidades, No campo político essa tensão se faz presente: as antigas práticas e ações políticas entram em conflito com as modificações impetradas pela nova conjuntura política e entrada de novos atores políticos no jogo do poder.

A compreensão da política brasileira passa pela leitura da herança sociocultural, fundadora das **práticas** do jogo político brasileiro, através da criação de normas e regras que estruturam o funcionamento do campo político, No entanto, com as transformações ocorridas a partir da redemocratização do país na década de 1980, surgem novos atores e contextos políticos, os quais modificam as relações dos fluxos de poder da política brasileira. Um dos principais atores da política contemporânea são os meios de comunicação, os quais incorporaram maior visibilidade à práxis política e aos atores do campo político.

Os canais de comunicação se transformaram em uma importante (se não na principal) arena da disputa política democrática, Além de espaço para disputa política, a mídia também se tomou um ator político relevante nas mediações entre os políticos e os cidadãos ou, então, nas relações Estado *versus* sociedade civil.

A presença dos veículos de comunicação na esfera da política trouxe novas perspectivas e práticas para o jogo político brasileiro tradicional, principalmente numa sociedade em que os meios de comunicação possuem uma posição central nas relações sociais, uma sociedade *mediacentric*, nos termos de Venício Lima (2002), A atuação e presença da mídia no jogo político modificou a dinâmica social e política, alterando o funcionamento da cultura política tradicional.

A relação entre o passado e o futuro, na qual as teias de significado entram em choque, as transformações culturais e sociais acabam por produzir novos sentidos, mas sempre a partir de um referencial herdado das práticas já consolidadas, Desta **forma**, a mídia acaba por introduzir novos aspectos na vida política da sociedade, contudo esses aspectos vivenciam

um processo dialético com a cultura arraigada dentro das práticas políticas existentes anteriormente.

### Raízes da cultura política do Brasil

A leitura de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995), revela as estruturas sociais que construíram o país e fundaram as relações e os fluxos de poder. O historiador em sua obra consegue elaborar um estudo revelador da formação do Brasil. A dialética do processo histórico desnudado em *Raízes do Brasil* permite a realização do diálogo de estruturas antigas com novas redes significativas incrementadas pelo desenvolvimento da mídia, que ainda hoje guarda reminiscências de sua estrutura colonial.

Para Holanda (1995) a maior contribuição brasileira para a humanidade é a cordialidade. No capítulo 'o homem cordial', o autor destaca certas características próprias da formação cultural brasileira, as quais revelam importantes pistas para a compreensão da política no Brasil. O termo cordialidade, utilizado pelo autor, cria a ilusão de que o brasileiro é uma pessoa mais amigável e 'civilizada' (com boas maneiras), no entanto, pelo contrário, o homem cordial de Holanda nega a "noção ritualista da vida". Esse traço cultural típico da formação do brasileiro foi extremamente nocivo para a constituição de um Estado de direito. No Brasil prevaleceu a estrutura das relações da família patriarcal, típica da organização da colônia aqui fundada, na qual houve a prevalência de relações pessoais sobre as relações impessoais, e nunca ocorreu a fundação do Estado, enquanto uma instituição coletiva, pelo conflito dos diversos interesses que compõem a coletividade.

A noção de *res publica* nunca fez muito sentido para as relações fundadas na família patriarcal brasileira, base da estrutura social e política do país. Pelo contrário, o espaço público era, e ainda é, visto como um espaço destituído de nexos, no qual prevalece a lógica dos interesses privados e pessoais no trato da coisa pública.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o



Estado, uma gradação. mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século dezanove. De acordo com esses doutrinadores o Estado e as instituições descenderam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade é bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, legível, reerutável e responsável ante as leis da cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o materal, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares [...]. (HOLANDA, 1995, p. 141).

Roberto da Matta (1994) também compartilha dessa visão, ao citar a figura do malandro como o personagem da cultura brasileira. O malandro de Roberto da Matta representa a figura do sujeito que navega entre a personalidade e a lei, isto é, o sujeito que usa de suas relações pessoais para burlar as leis, relaciona o impessoal (as leis, o espaço público) com o pessoal: "O malandro [...] é uma personagem nacional. É um papel social que está à nossa disposição para ser vivido no momento em que achamos que a lei pode ser esquecida ou até mesmo ser burlada com certa classe ou jeito." (DA MATTA, 1994 p. 103).

A falta de ruptura com os vínculos familiares foi obstáculo para a instalação do Estado no Brasil, bem como para a formação do espaço público. Os vínculos domésticos existentes na cultura política brasileira fazem Holanda (1995) evocar a peça de Sófocles *Amígona*, onde a desavença estabelecida entre Creonte e Antígona funciona como uma metáfora do conflito entre o público e o privado. Creonte como governante era dotado de uma noção abstrata e impessoal da cidade (visão pública), enquanto que Antígona representava a realidade concreta da família que tenta subverter a lógica pública em favor dos seus interesses particulares. Desse conflito, entre o público e o privado, surge o Estado brasileiro, o qual resguarda um lugar para as relações pessoais dentro do espaço

público, concretizando práticas ilegais e imorais dentro da rotina da cultura política.'

Na sociedade brasileira o Estado assumiu a função tutelar da figura do "pai de família", herança colonial, na qual inexistia a figura do cidadão (enquanto sujeito político) e do bem comum. Essa característica pode ser ilustrada pela figura do "homem cordial" de Holanda, o qual tem horror às distâncias e à impessoalidade, e procura a proximidade em suas relações, mas sempre com o objetivo de criar **laços** de afetos ou amizades em troca de privilégios e títulos.

O dilema público brasileiro pode ser expresso pela formação de uma burocracia estatal com vínculos rurais, dotada dos valores da família patriarcal, que não consegue distinguir o exercício da função pública dos interesses pessoais. Holanda (1995) evoca a figura do "funcionário patrimonial", o qual atua na gestão pública em defesa de seus interesses particulares. Essa prática cultural acaba por privilegiar a inexistência da consciência de bem comum (no sentido rousseauiano): "A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias." (HOLANDA, 1995, p. 146). Essa afirmação permite tecer um paralelo com o atual funcionamento das práticas políticas brasileiras, e verificar que ainda hoje se faz presente nas ações políticas e nos hábitos existentes no campo político.

A cordialidade do brasileiro permite que os indivíduos assumam uma máscara que afirma a supremacia do pessoal sobre o social. As relações são **feitas** sempre entre pessoas, como se elas estivessem soltas no mundo, não pertencessem a uma coletividade com interesses e necessidades. As ações são orientadas para a consecução de interesses particulares ou de grupos associados.

Outro costume da cordialidade brasileira é o uso coloquial do nome de batismo, o primeiro nome, no trato pessoal, herança dos costumes portugueses. Essa 'intimidade' permite retirar as barreiras e fazer a aproximação tão comum no convívio social. O espaço público é reduzido

---

1 Um exemplo que se pode observar são as recentes declarações e ações do deputado Severino Cavalcanti, eleito presidente da Câmara Federal em 2005. O deputado defendeu as práticas **de** nepotismo (contratação de parentes), o aumento de salários para os deputados, cobrou publicamente do Presidente da República a nomeação de um apadrinhado para o cargo de ministro de Estado, etc.

às relações pessoais, a impessoalidade leva à personalização das práticas políticas: os políticos não representam ideais e propostas, mas sim interesses pessoais, vitalizando a figura pessoal do político.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) destaca que a política para o brasileiro, desde a colônia, somente tem significado quando apela para os sentimentos e os sentidos; o que pode ser verificado nas campanhas eleitorais atuais, nas quais as plataformas eleitorais expostas aos eleitores são formadas por discursos e retóricas emotivas e sensitivas. Pouco espaço é destinado para as propostas e planos de governo, que, quando apresentados, são envoltos em representações emotivas, conferindo dramaticidade ao discurso político.

A disputa eleitoral entre os candidatos relega a um segundo plano, ou até terceiro, o debate **racional** entre as propostas apresentadas. A intimidade desejada pelo brasileiro faz com que se valorizem os atributos afetivos e pessoais ao invés dos atributos técnicos e republicanos. As escolhas são feitas por meio da identificação com um candidato, ou então com interesses pessoais que esse candidato represente para o eleitor.

Essa cordialidade, fundada no apego aos valores da personalidade configurada pelo espaço doméstico, faz com que o indivíduo não se prenda ao cumprimento da lei como norma geral que rege a sociedade. A idéia de uma instituição geral e positiva exprime para o homem cordial a noção de liberdade negativa, na qual a lei representa a negação da liberdade, a restrição da individualidade. O homem cordial não enxerga a lei como norma organizadora e ordenadora da sociedade. O princípio da liberdade positiva da lei (segundo a idéia rosseauiana de lei como expressão da vontade geral), pelo qual cada indivíduo no seguimento da lei está obedecendo a si mesmo, não faz parte do universo de representações da esfera pública brasileira. A lei como garantidora dos direitos individuais e coletivos não faz sentido para as estruturas culturais fundadas pela cordialidade.

A transgressão das normas jurídicas é uma característica do brasileiro, como aponta Da Matta (1994), onde o personagem do malandro legitima o uso do "jeitinho brasileiro" como meio de navegação social, buscando adquirir privilégios através de suas relações pessoais. A oscilação entre o sagrado e o profano, o "mundo da casa" e o "mundo da rua", se constitui na dialética formadora do comportamento social do brasileiro.



O homem cordial privilegia as relações pessoais, não existe espaço para a concepção coletiva de um sistema composto por leis normativas. "A personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador" (HOLANDA, 1995, p. 155), condição necessária para a formação de uma sociedade orgânica. Qualquer tentativa de afirmação de autoridade que se desvincula da articulação da personalidade é estranha ao brasileiro, que precisa de referenciais próximos ao seu cotidiano.

O homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda (1995) é resultado do processo de colonização portuguesa no Brasil, que copiou modelos políticos marginais provenientes da Europa, sem que se vivenciassem as especificidades existentes no país. A cultura portuguesa introduzida no Brasil foi caracterizada pelo personalismo, no qual existe uma valorização da pessoa individual e de sua autonomia: "cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes (...)" (HOLANDA, 1995, p. 32).

Esses traços culturais introduzidos no Brasil criaram barreiras para a instituição de um Estado racional controlado por uma burocracia estatal seguindo as regras estabelecidas. "Em terra onde todos são barões não é possível um acordo político durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida." (HOLANDA, 1995, p. 32).

A estrutura social implantada no Brasil foi marcada pela frouxidão de laços societários, com a presença de elementos anárquicos nas instituições e costumes existentes no período colonial. O modelo de família patriarcal se constituiu no formato de organização política, o que a princípio poderia indicar maior coesão social, mas na realidade formalizou o caráter separatista da sociedade brasileira, o que favorece a institucionalização das relações pessoais e de interesses privados.

A falta de racionalização da vida, por meio de organizações políticas artificiais, não permitiu que no Brasil se criasse um sentimento de coletividade, muito menos de espaço público. A fraqueza da organização política brasileira impediu a formação de um Estado racional moldado para a consecução do bem comum proposto por Rousseau. Pelo contrário, existe uma aversão ao debate das questões públicas. Os problemas do Estado não são vistos como problemas de todos, é como se o Estado fosse um ser alienígena no rol de relações particulares que circundam a vida cotidiana do brasileiro comum.

A prevalência do pessoal criou uma cultura personalista com instituições políticas e sociais débeis, sem participação social, e com a inexistência da concepção de cidadania. Segundo Holanda (1995), esses traços culturais são frutos da própria personalidade do português, incorporados nas práticas sociais brasileiras. O português colonizador possuía um espírito "aventureiro", que se diferencia da ética do "trabalhador". A colonização brasileira representou para o português uma aventura, na qual não esteve presente o esforço metódico e racional. A exploração do Brasil foi feita com "desleixo" e um "certo abandono". O "português aventureiro" enfatizou os objetivos finais, desprezou os processos intermediários: "colhe o fruto sem plantar a árvore". A busca da recompensa imediata movimentou o aventureiro português que colonizou o país. A ânsia de alcançar a prosperidade sem custo e a busca de riqueza fácil fizeram com que o colonizador desprezasse todos os processos coletivos e racionais para a criação de uma sociedade. Os traços culturais portugueses permitiram que eles se adaptassem com maior facilidade ao meio, sem precisar reproduzir aqui os elementos da cultura européia associados ao desenvolvimento técnico.

O personalismo existente no Brasil gerou empecilhos para a criação de associações comerciais coletivas. A predominância de vínculos pessoais fez com que as relações, mesmo comerciais, fossem regidas pelo lado afetivo, irracional e passional, contrariando os preceitos do espírito do capitalismo, tal como descrito por Weber, que valorizava a ordenação da produção, a disciplina e a racionalização das ações humanas. A estrutura aqui existente não foi propícia para o surgimento de uma sociedade organizada politicamente, pelo contrário, as relações predominantes eram contrárias à existência de um Estado racional, prevalecendo uma "moral de senzala", com unidades autônomas e independentes (HOLANDA, 1995).

A estrutura social implantada no Brasil, de base ruralista e escravocrata, mas sem raízes agrícolas, refletiu na organização política do país. A dominação exercida pelos latifundiários permeou o arcabouço da política colonial, atravessou o império e adentrou na república, e ainda hoje vivemos resquícios desta composição.

Holanda (1995) recorre à figura do "todo indivisível", em que as relações pessoais eram marcadas por sentimentos e deveres, nunca por interesses e idéias. Essa metáfora ainda hoje persiste nas práticas políticas brasileiras, nas quais os cidadãos não se sentem parte integrante do Estado, mas "filhos do grande pai", sem um sentido de exercício da cidadania.

A família patriarcal representou a autoridade, que não aceitava pressões externas, dificultando a concepção de um Estado de direito. Esse modelo de organização social persiste ainda hoje, fruto de práticas herdadas da colonização e da vivência cultural.

O quadro familiar toma-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não poderia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. [...] O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado. do Estado pela família. (HOLANDA, 1995, p. 82).

As raízes culturais presentes no Brasil privilegiam uma visão atrofiada da política. Os cidadãos comuns têm horror ao debate político, à participação política e à responsabilidade social. Eles privilegiam questões particulares diretamente relacionadas às suas vivências. A herança da mistura da entidade estatal com entidade privada pode ser representada pela figura do funcionário público, que na sua atuação atende a seus próprios interesses e aos de grupos vinculados. A promiscuidade do público e do privado, existente na política brasileira, impede que aqui se forme uma política verdadeiramente republicana. Os elementos afetivos e associativos estão presentes na cultura política influenciando e condicionando o processo político. Os valores do personalismo e patriarcalismo estão vivos nas práticas políticas, impossibilitando a criação de uma cultura de valorização da esfera pública como um local comum a todos e palco de disputas políticas e sociais em nome do interesse coletivo.

Com a formação das primeiras cidades brasileiras, a atividade política, burocracia e profissões liberais foram ocupadas por pessoas oriundas do domínio rural, que carregaram consigo a mentalidade e o estilo de vida das grandes propriedades rurais. As virtudes senhoriais existentes nos engenhos passam a ser valores sociais urbanos, uma lei moral superior

que molda a vida política em torno da figura da família patriarcal, criando uma cultura política viciada (HOLANDA, 1995).

A colonização liberal que perdurou no Brasil é caracterizada pela ausência do Estado e pela ausência de planejamento, o que leva o autor a dizer que a visão do colonizador português era fundada em um realismo fundamental, com "renúncia às regras formais", o "desleixo" e a "aceitação da vida como ela é". Esses traços foram herdados e incorporados ao exercício político. A colonização portuguesa mostrou a incapacidade de fazer prevalecer uma organização social e política impessoal sobre graus de parentesco e de amizade.

A ausência de participação política organizada fez com que inexistisse a dimensão de cidadania enquanto conflito concreto de interesses. A figura do homem cordial perdurou e se perpetuou nas relações políticas brasileiras. Essa figura é extremamente danosa para a criação de um sentido de coletividade que privilegie a formação de uma esfera pública e do debate público. O conflito dos diferentes interesses existentes na sociedade em prol de um interesse coletivo, ideal de um sentimento de cidadania, ficou obstruído por práticas clientelistas e patriarcalistas.

#### Inserção da mídia na política brasileira

A leitura do atual processo político brasileiro perpassa pelo cruzamento (*link*) entre a cultura política e as modificações introduzidas pela mídia. O conflito da tradição cultural das práticas políticas *versus* os novos métodos do funcionamento da política através da mídia permite uma análise centrada na contraposição de realidades distintas que formam o processo político atual.

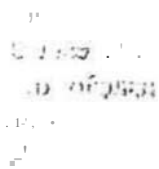
Para traçar essa dicotomia é interessante resgatar o pensamento exposto por J. B. Thompson (1998) em sua obra *A Mídia e a Modernidade*, na qual o autor desenvolve a idéia de que a maior atuação da mídia na sociedade delineou novas formas de sociabilidade, o que trouxe maior visibilidade para o campo político, acarretando transformações no exercício do poder político. "Tenho tentado reparar o desinteresse da teoria social para com os meios de comunicação, mostrando que, se levarmos a mídia a sério, descobriremos a profunda influência que ela exerce na formação do pensamento político e social." (THOMPSON, 1998, p. 15).

Thompson (1998) argumenta que a recepção é sempre um processo ativo, no qual o receptor procura dar **sentido** às mensagens simbólicas transmitidas através da mídia. Dessa forma, os elementos culturais são essenciais para a percepção e **interpretação** das formas simbólicas pelo receptor, uma vez que ele vai "assistir/ler" as mensagens de acordo com seu repertório cultural. Os valores culturais (diretrizes culturais) presentes no imaginário coletivo são essenciais na interpretação dos acontecimentos transmitidos pelos meios de comunicação.

A partir de uma leitura hermenêutica que privilegia a interpretação contextualizada das formas simbólicas, Thompson (1998) afirma que a mídia incorpora modificações nas relações sociais, resultado da combinação entre tradição (valores culturais arraigados) e as novas formas de sociabilidade introduzidas pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação.

A mídia transformou o processo político introduzindo uma nova dinâmica no jogo político, principalmente em dois aspectos essenciais dos governos democráticos: como esfera pública da ação política e como palco privilegiado da atuação dos atores políticos. Nesse novo contexto, os políticos precisam adaptar-se à estética da visibilidade nas articulações em torno do jogo político, uma vez que "a mídia se envolve ativamente na construção do mundo social [...], a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência" (THOMPSON, 1998, p. 106).

As interações sociais, importante elemento da sociabilidade, ocorrem dentro de contextos culturais distintos, os quais orientam a ação dos atores sociais, conforme afirma Thompson (1998, p. 82):



Toda ação acontece dentro de uma estrutura interativa particular que implica certas suposições e convenções, como também características físicas do ambiente. Um indivíduo agindo dentro dessa estrutura irá, **até** certo ponto, adaptar seu comportamento a **ela**, procurando projetar uma imagem de si mesmo, mais ou menos compatível com a estrutura e com a **impressão** que ele quer transmitir.

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de interação entre as pessoas, as quais estavam antigamente limitadas às interações face a face. Com o desenvolvimento dos veículos de

comunicação as interações sociais ganharam novas formas (estruturas), novas configurações (contextos) e um alcance ilimitado (global), estando disponíveis a número ilimitado de pessoas em diferentes contextos.

A ruptura da interação face a face reordena o espaço e o tempo, criando, nos termos de Thompson (1998), uma percepção de "simultaneidade não espacial". A interação se dissociou do ambiente físico, o que permite a interação com outras pessoas que compartilham diferentes contextos espaciais e temporais, alterando os fluxos de espaço e tempo.

No processo de comunicação midiática, a interação ocorre de duas formas: mediada e quase mediada. No primeiro caso, a comunicação é estabelecida pelo uso de um meio técnico (papel, fios, ondas, etc.), o qual transmite informações e conteúdos simbólicos para indivíduos dispersos no espaço e tempo. Nessa forma de interação o produtor da informação não tem a possibilidade de saber se ela foi entendida em seu sentido original, estreitando-se as possibilidades da utilização de deixas simbólicas, tendo o receptor que se valer de seus próprios recursos para interpretar as mensagens recebidas. A interação quase mediada reflete as relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livro, jornal, tv, rádio, etc.). Neste caso, as informações e conteúdos simbólicos ganham maior extensão e disponibilidade de espaço-tempo. As formas simbólicas são produzidas para uma pluralidade de receptores potenciais. A interação quase mediada é monológica, funciona em um sentido único, não permite saber a resposta do receptor (THOMPSON, 1998).

Com o maior desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, as informações e as formas simbólicas são recebidas por diferentes receptores dispersos no tempo e no espaço, em que cada receptor está inserido em um contexto singular. No caso da televisão, principal meio de comunicação de massa, o meio permite um tipo de interação distinto. Ao mesmo tempo em que a mensagem produzida está distante espacial e temporalmente do receptor, este tem a sensação de maior proximidade com os acontecimentos transmitidos. Nessa forma de interação o telespectador amplia a sua percepção da realidade humana pelas informações captadas e transmitidas pela tv. A televisão permite que as pessoas transitem em vários mundos diferentes do seu, sem, no entanto, abandonar seu contexto diário, Esse trânsito agrega experiências novas ao

seu universo cognitivo, contudo as experiências são controladas pelo enquadramento da câmera de televisão.

No Brasil a televisão possui um importante significado cultural dentro das relações sociais cotidianas da população. Os programas televisivos são importantes referências sociais e estão presentes na formação das diretrizes culturais pelas quais as pessoas interpretam a sua realidade e criam sentido para o seu universo.

A televisão é a principal fonte de informação de grande parcela da população brasileira, principalmente em relação aos assuntos políticos, geralmente distantes do campo cognitivo do brasileiro comum. As informações do campo político encontram na televisão o espaço privilegiado para sua circulação. Mas, por suas características comunicativas, o processo de comunicação via televisão funciona apenas como vitrine para a ação política - os telespectadores têm maior visibilidade do campo político, entretanto não participam da ação política. Nesse contexto interativo, o brasileiro assume um papel passivo de observador, ficando restrito às suas relações pessoais, retirando o sujeito político (cidadão) das ruas (espaço público).

A cobertura dos acontecimentos políticos é pautada pela lógica midiática, a qual privilegia os elementos espetaculares. A política transmitida pelos meios de comunicação destaca os aspectos espetaculares do campo político: denúncias, escândalos, corrupção, manifestações, etc. O olhar da mídia (principal fonte de informação da população) é distorcido da realidade política, o dia-a-dia da política não está adequado ao formato midiático, o que contribui para a maior apatia do brasileiro em relação ao campo político.

A mídia assume a postura de fiscal do povo, controlando a ação estatal e dos homens públicos, enquanto as pessoas permanecem em casa acompanhando de 'pertinho' os escândalos, sem no entanto participarem da vida política do país, enfraquecendo um ideal de democracia.

As características do universo midiático na política obrigam os atores políticos a se adaptarem à nova linguagem e estética. Assim, os atores políticos privilegiam a questão da imagem pública, as ações e atuações são reguladas para atender às estratégias de visibilidade, fugindo do ideal da busca do bem comum. As ações políticas são voltadas para atender a objetivos relacionados com a repercussão da imagem e não aos interesses públicos.

Por fim, cabe ressaltar que os canais de comunicação permitem que as inlagens dos atores políticos se aproximem do cotidiano das pessoas, mas ao mesmo tempo mantêm uma distância, a qual **não** pennite a criação de **um** vinculo real entre os representantes populares e seus representados. desvinuando a concepção de representação política, esvaziando o sentido de governo democrático.

### **Reflexões** e ponderações

Como aponta Sérgio Buarque de Holanda (1995), a ação política é fundada em critérios morais que se adaptam ao personalismo existente na sociedade. Com a consolidação do regime democrático e a celebração do ritual eleitoral, após 21 anos de governo militar, os atores políticos necessitam realizar aproximações com os eleitores. e para tanto pautam o discurso político por elementos emotivos: é preciso falar ao coração do povo para poder sensibilizá-lo e conquistar seu voto.

A linguagem emotiva é própria do meio midiático e aproxima a política do cidadão comum, nonnalmente alheio aos assuntos da *res publica*. A política para o brasileiro não corresponde no espaço de disputa dos conflitos sociais, pelo contrário, ele alimenta a ilusão de que o governo (Estado) representa a figura paterna da família patriarcal, retirando a responsabilidade do povo de participar do processo político. O Estado se limita a 'cuidar' da população, por intermédio das práticas assistencialistas e clientelistas nas quais a política brasileira está estruturada.

As práticas políticas arraigadas na cultura política do Brasil encontram na mídia uma base para a sua sustentação e recriação. A mediatização da tradição gera uma nova vida (releitura e recuperação) para os valores tradicionais, desritualizando-os e abrindo caminho para a sua renovação através dos meios de comunicação. O personalismo das relações **sociais** encontra na mídia um espaço para a sua expansão, ganhando uma nova dimensão. A mídia produz um novo tipo de intimidade, que aproxima pela visibilidade do campo político. ao mesmo tempo em que se mantém um distanciamento da esfera de atuação da práxis política. Os indivíduos têm a sensação de proximidade com seus representantes políticos, pois pelos veículos de comunicação podem acompanhar seu dia-a-dia, sua trajetória política. sua história de vida, etc. No entanto não existe um vinculo concreto entre os atores políticos e os eleitores. Esse tipo de



intimidade revitaliza a figura do homem cordial, garantindo a liberdade do vínculo pessoal de suas ações e a liberdade para modelar o tipo de relacionamento que deseja estabelecer.

O homem cordial, símbolo da cultura brasileira, é formado nos quadros da estrutura familiar, valoriza as relações pessoais e **não** considera agradáveis as relações impessoais, principalmente as representadas pela impessoalidade do aparelho estatal. O brasileiro procura reduzir ao padrão pessoal e afetivo suas relações. O homem cordial de Holanda (1995) se constrói a partir do desempenho de comportamento aparentemente afetivo, não sincero ou profundo, que encontra hoje na mídia o palco ideal para a sua nova configuração e perpetuação desse traço da cultura política brasileira.

O homem cordial contemporâneo tem a possibilidade de aproximação com o universo político através dos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, tem garantida a sua pessoalidade, uma vez que a mídia não cria laços concretos com o universo político, deixando-o livre para interpretar as mensagens de acordo com seu repertório sociocultural. Esse processo de relacionamento com a política sugere uma falsa sensação de poder, uma vez que o indivíduo tem a sensação de controle da esfera política através dos noticiários políticos e ao mesmo tempo não precisa participar ativamente da esfera pública, sentindo-se livre para cuidar de suas coisas pessoais.

A política contemporânea midiática ganhou novos contornos em suas práticas, a luta pela visibilidade nos meios de comunicação passa a ser um componente essencial no jogo político. Nessa operação os atores políticos recorrem à utilização das técnicas de publicidade, importadas e adaptadas do meio comercial.

Hoje não é mais possível se pensar a vida pública de acordo com os parâmetros da antiguidade grega do ideal da *ágora*. A *res publica* atual tem uma nova dinâmica, a qual se articula dentro da estrutura midiática, criando um todo complexo, em que a maior visibilidade não garante a maior participação popular, muito menos o aprofundamento dos conflitos em torno da cidadania.

Um exemplo elucidativo foram as eleições presidenciais brasileiras de 2002. A cobertura jornalística da mídia deu um amplo espaço para os quatro principais candidatos: Lula, Serra, Garotinho e Ciro, além da pré-candidata Roseana Samey.

O caso de Roseana Samey é ilustrativo da nova dinâmica do jogo político na Idade Mídia, desde a sua ascensão baseada em uma eficiente campanha de *marketing* desenvolvida por sua equipe de comunicação, que soube se aproveitar do espaço do PFL para lançar a candidatura da pouco conhecida, até então, governadora maranhense.<sup>2</sup> A eficiente propaganda política de Roseana, somada ao contexto político, alavancou a sua candidatura, colocando-a em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. Contudo, um escândalo que teve ampla repercussão na imprensa, envolvendo o seu marido, acabou por destruir a sua imagem, pondo conseqüentemente fim a sua candidatura,

Outra característica vivenciada nas eleições de 2002 foi a aproximação dos discursos e propostas dos principais candidatos à presidência. Amparados em pesquisas de opinião, as propostas e, principalmente, os programas no horário eleitoral convergiam para os mesmos temas, diferenciando apenas no formato e na personalidade dos candidatos.

Em um país no qual a política tem traços personalistas, a figura pessoal do candidato é de extrema importância, pois é através da simpatia pelo candidato que muitos eleitores acabam por decidir o seu voto. A cultura personalista brasileira valoriza o lado pessoal, assim, o candidato busca conquistar a simpatia e a confiança dos eleitores, pautando seu discursos pela busca de intimidade e aproximação com a vida pessoal do eleitorado, utilizando apelos emocionais.

Lula, o candidato vitorioso no pleito, teve a sua campanha, na área de comunicação (programas eleitorais e discursos), voltada para a linha emotiva, recheando seus programas de rádio e televisão com dramatizações e jingles - estilo de propaganda política que consagrou o seu publicitário, Duda Mendonça, que ganhou notoriedade por conseguir eleger Paulo Maluf e Celso Pitta para a Prefeitura de São Paulo.

Historicamente com altos índices de rejeição, Lula em sua campanha procurou reconstruir a sua imagem; amparado por uma conjuntura favorável a sua legenda, montou uma eficiente estratégia de comunicação, mostrando-se mais maduro e experiente, tal como a figura do pai de família. Os cabelos e barba brancos, junto com um discurso

---

<sup>2</sup> Roseana Samey além de governadora do Maranhão era também conhecida por ser a filha do ex-Presidente José Sarney.

moderado, serviram de figurino desse ator político. Outra estratégia do candidato petista foi utilizar a linguagem coloquial, típica de sua origem humilde, procurando falar diretamente ao coração do povo e aproximar a sua mensagem do campo cognitivo da maioria do eleitorado. Lula não se preocupou em construir um debate racional entre as propostas. Suas propostas de governo, apresentadas em seus programas eleitorais, foram acompanhadas de dramatizações, as quais procuraram envolver o eleitor pelo lado emocional, aproximar Lula do cidadão comum.

Retomando o pensamento de Thompson (1998), a mídia cria condições para que a cultura política herdada da colonização, descrita por Holanda (1995), seja revivida. É claro que a cultura tradicional sofre modificações, mas ela encontra condições para que o personalismo e o patriarcalismo se perpetuem, mantendo um sistema político excludente.

A abertura democrática após o regime militar culminou com a consolidação da mídia na sociedade como principal fonte de informação pela qual os indivíduos tomam conhecimento dos acontecimentos. A entrada das massas no processo político foi mediada pelos meios de comunicação, transformando as eleições em verdadeiros espetáculos midiáticos, e não de cidadania, como muitos defendem.

Hoje nós estamos acostumados a pensar que os indivíduos que aparecem em nossos televisores pertencem a um mundo público aberto a todos. Podemos sentir certo grau de familiaridade com as personalidades e os líderes políticos que aparecem regularmente na televisão e na mídia. Podemos até considerá-los amigos, e referimo-nos a eles com certa intimidade. (THOMPSON, 1998, p. 109).

A política contemporânea brasileira é delineada pelas *raízes políticas do Brasil* dentro da nova estrutura social esquematizada pelos meios de comunicação. A televisão permite recriar a intimidade típica das relações do homem cordial. A cultura do personalismo ganhou uma nova roupagem dentro do regime democrático, no qual as questões públicas não fazem parte das preocupações do cidadão comum, que se mantém em seu universo familiar, protegido pelo sentido monológico dos meios de comunicação.

**Não** duvidaram um único momento que a política é filha da moral e da razão. E assim preferem esquecer a

A falácia da participação popular no regime democrático brasileiro é alimentada pela mídia, que em sua defesa diz que ela oferece maior visibilidade e controle do poder político, além da imprensa ser a defensora do cidadão. Contudo, a mídia somente nutre a sensação de proximidade, pois os cidadãos continuam distantes e muitas vezes dispersos em relação à política e aos assuntos públicos. Somente faz sentido para o cidadão comum os problemas diretamente relacionados ao seu universo de relações pessoais, de resto prefere permanecer isolado e alienado, vivenciando os fetiches produzidos pela sedução da mídia.

Holanda (1995) afirmou, quando do estudo das raízes do Brasil, que a democracia no Brasil sempre pareceu "um lamentável mal-entendido, inadequada à estrutura na qual foi construída a sociedade brasileira. É uma estrutura que ao privilegiar as relações pessoais legitima as relações de interesses pessoais, as quais moldam as práticas políticas, esvaziam o debate público e limitam o exercício da cidadania. Essa estrutura encontra na mídia um espaço ideal para a sua perpetuação e assunção de novas práticas.

## Referências

- BOURDIEU, P. 1989a. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. 1989b. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DA MATT A, R. 1994. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- GEERTZ, C. 1989. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- HOLANDA, S. B. de. 1995. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- RUBIM, A. A. C. 2000. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker.
- THOMPSON, J. B. 1998. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.